

DESGARRAMENTO DE CLÁUSULAS RELATIVAS APOSITIVAS

COMPARAÇÃO DE TRÊS SINCRONIAS DO PB

Karen Pereira Fernandes de Souza (PG/UFRJ)¹

INTRODUÇÃO

Com base em Decat (2011), a caracterização do fenômeno “desgarramento” contraria o conceito principal da articulação de cláusulas por meio da subordinação: orações principal e subordinada devem estar unidas em um único período, seja através de um conector, se for uma subordinada desenvolvida, seja sem um conector, se for uma subordinada reduzida. Sendo assim, o “desgarramento” permite que cláusulas marginais podem surgir em textos desvinculadas sintaticamente de suas cláusulas-núcleo.

Souza (2016) verificou que a oração subordinada adjetiva explicativa fragmentada (em rótulo funcionalista, cláusula relativa apositiva “desgarrada”) é uma das muitas estratégias linguísticas da língua portuguesa – não tratada pelos manuais normativos e didáticos – que visa à ênfase de um sintagma nominal ou uma porção de texto já mencionada anteriormente. Embora a cláusula relativa apositiva “desgarrada” guarde as marcas formais e semânticas típicas das orações adjetivas explicativas da tradição, o nosso objeto de estudo se diferencia

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (PGLEV/UFRJ).

sintaticamente destas últimas, porque as duas cláusulas não se realizam dentro do mesmo período composto por subordinação, mas sim, separadamente.

Neste caso, essas cláusulas acontecem desvinculadas, fragmentadas sintaticamente em relação ao sintagma nominal/oracional da oração principal. Por essa razão, essas cláusulas se materializam isoladas no texto por meio da pontuação terminativa (ponto final), produzindo um efeito pragmático de ênfase, tal qual podemos observar no exemplo (1) a seguir:

(1) [...] represen/tante operário, que disse falar/ em nome dos empregados em/ construção civil. Referindo-se/ ao candidato de origem militar,/ êsse cidadão construiu a segui/nte frase:/ - Lott, por pior que seja, é/ melhor que Jânio./ **[O que não deixa de ser um/ consôlo para o Sr. Lott]**. (SOUZA, 2016, p. 117)

No exemplo (1), o trecho negrito/sublinhado foi retirado de uma notícia do *Jornal do Brasil* publicado em 1960. A cláusula em negrito “o que não deixa de ser um consolo para o Sr. Lott” é o tipo de estrutura que investigamos, pois o que se tem é uma cláusula relativa apositiva que retoma o seu sintagma oracional – “Lott, por pior que seja, é melhor que Jânio” – por meio do pronome relativo “o que”. Podemos ver que, mesmo que a cláusula esteja isolada sintaticamente por um ponto final, ela funciona como um aposto deste sintagma oracional, fazendo emergir, portanto, um comentário.

Para a Gramática Tradicional (GT), tais orações se configuram como “desvios” que devem ser evitados, porque aparecem como uma oração independente, sem a sua oração principal. Para solucionar desvios como estes, a GT propõe modificações na composição do período no sentido de desfazer a fragmentação ao substituir, por exemplo, o ponto final pelo uso da vírgula ou pelo uso do ponto e vírgula ou mesmo o travessão, de forma a integralizar a cláusula à sua principal. O propósito é tornar a nova estrutura adequada às propriedades de suas categorias sintáticas prototípicas de uma oração subordinada adjetiva explicativa canônica. Com base na Gramática Tradicional, para a reescritura do exemplo (1), o autor do texto deveria substituir o ponto final por um travessão para separar a fala do entrevistado da fala do autor do texto. Sendo assim, não caberia a vírgula aqui. Assim, teríamos (1’):

(1’) “[...] represen/tante operário, que disse falar/ em nome dos empregados em/ construção civil. Referindo-se/ ao candidato de origem militar,/ êsse cidadão construiu a segui/nte frase:/ – Lott, por pior que seja, é/ melhor que Jânio – **o que não deixa de ser um/ consôlo para o Sr. Lott**”.

Ao reescrever as cláusulas “desgarradas” como fizemos no exemplo (1’), alteramos a configuração de uma cláusula *legítima* e perfeitamente *compreendida* pela comunidade de fala da variedade brasileira por uma outra estrutura também legítima, porém, com sua expressividade um pouco diminuída. Para transmitir os efeitos desejados na modalidade oral, a ênfase, por exemplo, o locutor poderia utilizar outros recursos não textuais como os movimentos gestuais e expressões faciais e, até mesmo, recursos suprasegmentais do sistema linguístico como a entonação, melodia, em uma conversação face a face. Entretanto, esses recursos são inviáveis em um texto escrito e as sugestões de mudanças ocasionam alterações sintáticas, fonológicas/prosódicas e, principalmente, pragmáticas na modalidade escrita, o que poderia prejudicar o objetivo comunicativo pretendido pelo falante.

Com base nessas observações sobre o “desgarramento”, a hipótese principal que norteia este artigo é a de que o fenômeno do “desgarramento” de cláusulas relativas apositivas não é uma novidade do século XXI, mas já se encontrava latente desde o século XIX – talvez até mesmo um pouco antes.

À luz do funcionalismo linguístico e dos trabalhos sobre o “desgarramento” das cláusulas hipotáticas realizados por Decat (2011), este artigo tem como objetivo divulgar os resultados obtidos recentemente por Souza (2016), ao investigar o uso das orações relativas apositivas “desgarradas” em textos de domínio jornalístico publicados em importantes jornais durante os séculos XIX, XX e XXI (disponíveis *online* na página eletrônica dos Projetos *VARPORT*, *PEUL* e *PHPB*). Os resultados aqui apresentados sobre o fenômeno do “desgarramento” das relativas apositivas constituem um estudo temporal em sincronias passadas e, além disso, valem-se da verificação de estigma ou não na relação uso-monitoramento linguístico no uso das cláusulas “desgarradas”. Logo, uma outra hipótese é a de que o fenômeno do “desgarramento” não recebe valoração negativa pelos usuários, não sendo uma característica apenas da variedade popular da língua. Sendo assim, acreditamos encontrar dados do fenômeno em amostras de baixo, médio e alto monitoramento linguístico.

Este trabalho está estruturado da seguinte maneira: além desta Introdução, destinada a apresentar o tema a ser estudado, temos uma revisão da literatura linguística sobre as orações adjetivas explicativas na próxima seção; em seguida, a fundamentação teórica que norteia o trabalho; posteriormente, temos a metodologia adotada. Após, apresentam-se, em sequência, as seções de análise dos resultados e as considerações finais.

1. ORAÇÕES ADJETIVAS EXPLICATIVAS NAS GRAMÁTICAS

Para a revisão das orações adjetivas explicativas, Souza (2016) selecionou três gramáticas de linha tradicional, Bechara (2004), Cunha e Cintra (2001) e Rocha Lima (2004) e mais três gramáticas de linha não tradicional, Mateus et alli (2003), Neves (2011) e Raposo et alli (2013).

De acordo com os três primeiros gramáticos, a oração adjetiva explicativa, por se apresentar como um adendo, de caráter parentético, é perfeitamente dispensável, sintaticamente, sem prejuízo do todo oracional. Como afirma Bechara (2004, p. 466-467), “alude a uma particularidade que não modifica a referência do antecedente e que, por ser mero apêndice, pode ser dispensada sem prejuízo total da mensagem.” Para outros gramáticos, semanticamente, a oração adjetiva explicativa não pode ser removida do período, pois o autor a pronunciou com um propósito informacional. Como afirmam Cunha e Cintra (2001, p. 604), as orações adjetivas “acrescentam ao antecedente uma qualidade acessória, isto é, esclarecem melhor a sua significação, à semelhança de um aposto. Mas, por isso mesmo, não são indispensáveis ao sentido essencial da frase”. Segundo Rocha Lima (2004, p. 271), a oração adjetiva explicativa “é o termo adicional, que encerra simples esclarecimento ou pormenor do antecedente - não indispensável para a compreensão do conjunto”.

Em resumo, é usual que as orações adjetivas explicativas recebam qualificações como “acessórios”, “dispensáveis” e “apêndice” e, obviamente, essas características não são eficazes para conceituar essas orações. Além disso, elas não possuem o mesmo *status* em termos de descrição que as orações adjetivas restritivas têm. Já em gramáticas de linha não tradicional, os gramáticos as conceituam de forma mais ampla e não usam termos como “acessórios” ou “dispensáveis” para definir as estruturas em tela e, sim, como “complementar” e/ou “parentético”. Vejamos, então, o que afirmam Mateus et alli (2003) e Raposo et alli (2013), respectivamente, sobre as relativas apositivas:

exprimem um comentário do locutor acerca duma entidade denotada por um SN, o antecedente da relativa. Ao contrário das relativas restritivas, não contribuem para a construção do valor referencial da expressão nominal que as antecedem; tem um caráter parentético, que é dado na oralidade por pausas e na escrita por vírgulas ou traços. (MATEUS ET ALLI, 2003, p. 671)

podem formar um grupo sintático e prosódico autônomo, que se destaca do restante material (precedente) do sintagma nominal complexo. Essa independência prosódica e sintática é convencionalmente representada na escrita através do ladeamento por vírgulas, travessões ou parênteses. (RAPOSO ET ALLI, 2013, p. 2067)

A gramática de Neves (2011, p. 375), mesmo sendo funcionalista, aparece como uma exceção às duas obras anteriores. A autora descreve as adjetivas explicativas como uma informação “suplementar, não servindo para identificar nenhum subconjunto dentro do conjunto”. Nas três gramáticas de linha não tradicional, mostra-se a análise formal dessas orações com o intuito de apresentar a listagem de pronomes relativos que as encabeçam.

Como já se esperava, Souza (2016) verificou que não havia menção ao fenômeno do “desgarramento” (mesmo que não fosse esse o rótulo) em nenhuma das obras selecionadas nas seções de Sintaxe do período composto, nem como nota de rodapé. Entretanto, o panorama antes apresentado não impede o estudo dessas cláusulas no sentido de compreender com mais profundidade como elas funcionam, se comportam no discurso. É necessário pensar que a utilização dessas estruturas serve a objetivos comunicativos específicos que vão além de características como “acessórios” e/ou “dispensáveis” na produção textual. Além disso, devemos levar em consideração que o emprego dessas cláusulas ocorre de forma natural pelos usuários, logo, merece ser descrito/analísado.

Dessa maneira, os objetivos específicos deste trabalho são: (a) comprovar a existência das cláusulas relativas apositivas “desgarradas” de sua principal em textos escritos distribuídos entre os séculos XIX e XX; (b) mapear o uso dessas cláusulas e mostrar, em um contínuo temporal, como esse recurso linguístico se comporta com o passar dos séculos; (c) verificar se essas cláusulas são usadas em textos de baixo, médio e/ou elevado nível de monitoramento linguístico, com o intuito de constatar se há ou não estigma no emprego desse fenômeno. Para o desenvolvimento deste estudo, recorreremos ao funcionalismo linguístico, corrente teórica que alia os níveis morfossintáticos aos semântico-pragmáticos da língua.

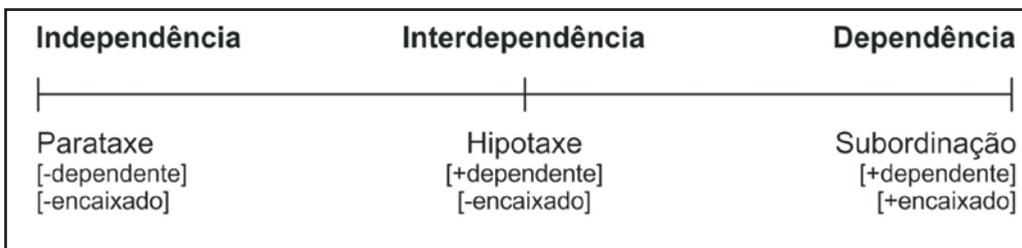
2. UM POUCO SOBRE O FUNCIONALISMO...

A premissa básica do funcionalismo é estudar a interação existente entre a estrutura gramatical das línguas e os seus diferentes contextos de uso. Então, para um funcionalista, a língua não é constituída por um sistema linguístico independente do meio social, pois são as funções externas a este que influenciam a organização interna do sistema. Para tanto, não haveria sentido analisar orações inventadas ou fora de seu contexto; portanto, devem ser analisados dados reais de fala e/ou escrita retirados de contextos reais de interação. Sendo assim, adotamos neste artigo as propostas dos funcionalistas Matthiessen e Thompson (1988) e Hopper e Traugott (1993), pois esses autores acreditam que a análise da língua

estaria incompleta se levássemos em consideração apenas a estrutura formal e sintática, deixando-se de lado a semântica e a pragmática.

Esses linguistas não acreditam que ‘coordenação’ e ‘subordinação’ sejam os dois únicos procedimentos sintáticos suficientes para classificar as orações do período composto e a combinação de cláusulas. Então, segundo eles, pode-se rever a dicotomia coordenação *versus* subordinação por meio da tríade Subordinação-Hipotaxe-Parataxe em um *continuum* de acordo com o grau de [encaixamento] sintático e [dependência] semântica entre orações e entre *combinação de cláusulas*². Assim, a noção de gradiência é muito mais adequada para uma análise funcionalista do período composto, em que as unidades linguísticas estão dispostas em um *continuum* de maior grau de dependência sintática e semântica até chegar ao ponto “zero”, como pode ser visto na Figura (1) a seguir:

Figura 1 - Gradiência de combinação de cláusula (HOPPER e TRAUGOTT, 1993, p. 170)



De acordo com a Figura (1), a relação que melhor caracteriza as cláusulas relativas apositivas “desgarradas” com a cláusula núcleo é a “Interdependência”, ou o rótulo “Hipotaxe”. Isso se dá porque as cláusulas são combinadas de acordo com a *função semântica* no discurso, por isso o traço de [+ dependência] semântica, não estabelecendo uma relação de constituição uma com a outra, portanto o traço é [-encaixado].

A partir dessa proposta, uma indagação é feita: como ficam as orações adjetivas explicativas da tradição dentro desse *continuum* de estruturas proposto pelo funcionalismo? Nesse caso, as orações adjetivas explicativas passam à classificação de cláusulas hipotáticas, pois, dentro da organização do discurso,

² “Combinação”, porque as orações se combinam por meios semânticos e/ou pragmáticos e não estruturais (morfossintáticos) como são interpretadas pela Tradição. A combinação de cláusulas reflete a organização do discurso, pois, segundo Matthiessen e Thompson (1988), qualquer texto pode ser descrito por relações hierárquicas entre porções de texto que realizam as metas centrais do falante/escritor (chamadas de núcleo) e outras porções que realizam metas complementares aos objetivos centrais (chamadas de satélites).

elas são interpretadas como satélites girando ao redor de uma cláusula núcleo (referente), havendo, portanto, uma relação mais frouxa sintaticamente. O elo que une a cláusula núcleo e a cláusula satélite está presente na relação semântica estabelecida entre eles duas. Sendo assim, a função semântica desempenhada pelas cláusulas relativas apositivas é de expandir o seu núcleo por meio da *elaboração*, pois elas podem apresentar uma leitura de avaliação, comentário, adendo, especificação etc. sobre um sintagma nominal (ou sobre um sintagma oracional) imediatamente anterior com o qual se combinam.

Essa resposta nos faz elaborar uma segunda pergunta: como articulamos o estudo do “desgarramento” ao funcionalismo? A resposta está nos estudos desenvolvidos por Decat (1993, 2011, 2014), que também utiliza o aporte teórico funcionalista para entender os motivos pelos quais as cláusulas relativas apositivas (e outras) se “desgarram”. Souza (2016, p. 23) verificou que “as relações semânticas e pragmáticas que emergem dessas estruturas, inseridas em seus contextos comunicativos, são fundamentais para o entendimento dessas cláusulas, não sendo possível apenas analisá-las no nível sintático”.

Então, para compreender o “desgarramento”, Decat (2011) aliou as relações hipotáticas das cláusulas à ideia de “unidade informacional” de Chafe (1980). Para este último autor, a consciência humana tem uma capacidade limitada, pois só consegue dispor de uma quantidade muito restrita do montante ilimitado de informações que se pode ter. Além disso, possui uma duração curta, pois a sua atenção repousa brevemente sobre uma informação disponível no meio bio-social. Por essa razão, a consciência move-se por ‘jatos de linguagem’, isto é, não flui continuamente sobre uma informação.

Por meio dessas constatações, Chafe (1980) chega às propriedades da fala espontânea e afirma que ela não é produzida por um fluxo contínuo de produção verbal, mas por uma série de breves jatos de linguagem, pois o discurso é evidentemente intermitente. Nesse sentido, no discurso verdadeiramente espontâneo, a fala é composta por “blocos de informação” ou “unidades informacionais” que correspondem a uma cláusula simples, i.e., são expressões linguísticas que refletem focos de consciência.

O termo “unidade informacional” expressa uma informação que existe sintaticamente de forma autônoma e independente de outra “unidade informacional”. O linguista chega a essa conclusão após observar a *linguagem falada espontânea*, já que na linguagem falada não se produz um “texto oral” com um fluxo contínuo de informações, mas por meio de blocos de ideias, de forma fracionada, fragmentada. Para Chafe (1980), o critério mais consistente para a

marcação dessas “unidades de informação” na fala é a marcação do contorno entonacional de final de cláusula, pois esse contorno indica o final do bloco informacional. Já na modalidade textual, essa marcação se realiza por um ponto final. Sendo assim, quanto às formas de materialização do nosso objeto de estudo, com base na proposta de Decat (2011), foi possível estabelecer uma tipologia, ainda provisória, de seis formatos introdutórios: (a) [. Que]; (b) [. O que/qual]; (c) [. N (Prep) que]; (d) [. N + Esp + que]; (e) [. Onde]; e (f) [. Cujo].

Decat (2011) afirma que as estruturas “desgarradas” são materializações de orações tidas como subordinadas, mas que não possuem a sua cláusula núcleo, apresentando-se como um enunciado independente:

na língua escrita, essas estruturas sucedem geralmente a uma pontuação de final de enunciado; e, na língua oral, caracterizam-se por possuírem um único contorno entonacional, à semelhança de um enunciado completo, ou seja, possuindo uma curva entonacional de início e fim de enunciado, ocorrendo depois de uma pausa. (DECAT, 2011, p. 148-149)

Outro ponto fundamental para a compreensão do “desgarramento” estudado por Decat (1993) foi a *posição das cláusulas*. Ela chega à conclusão de que não é livre a relação existente entre a cláusula satélite e seu núcleo, além de depender do próprio tipo de relação semântica na combinação de cláusulas. Levando em consideração os tipos textuais narrativo e dissertativo, Decat (1993) observou que:

(...) tendem a se antepor as cláusulas adverbiais que funcionam como **orientação** no narrativo ou **encaminhamento** no dissertativo; e a tendência à posposição está ligada à função **avaliativa** ou **argumentativa** a que elas se prestam no narrativo e no discursivo, respectivamente. (DECAT, 1993, p. 272)

Já em relação às cláusulas relativas apositivas, Decat (2011) afirma que essas cláusulas carregam em si a manifestação semântica de avaliação, de retomada ou de adendo (mantendo algumas características descritivas das adjetivas explicativas da GT), propriedades estas que *conduzem* para o “desgarramento” uma vez que são cláusulas hipotáticas. Souza (2016, p. 80) afirma que as cláusulas em questão são estratégias sintáticas “a serviço do discurso argumentativo, pois, pragmaticamente, o uso ‘desgarrado’ dessas estruturas serve para atender à estratégia de *focalização de informação*, visto que, por meio dela, busca-se alcançar maior força argumentativa, servindo, assim, a objetivos comunicativos e interacionais”.

Há um consenso entre os gramáticos e os linguistas de que as cláusulas relativas apositivas expressam um conteúdo semântico de avaliação, de comentário,

de adendo sobre o seu referente (presente na cláusula núcleo); mas, no caso do “desgarramento”, o referente não se encontra na mesma estrutura e, ainda assim, a cláusula “desgarrada” veicula um todo significativo. Nesse caso, o que passa a ser principal é o próprio conteúdo expresso na cláusula relativa apositiva “desgarrada”. Antunes (2003, p. 147) reforça esse pensamento dizendo que, na interação verbal, “o sujeito seleciona o que quer dizer, inclusive quantitativamente, para dizer apenas o que é relevante num determinado contexto; e o que é relevante é exatamente aquilo que não pode deixar de ser dito, pois se o for, faz falta”.

Então, pode-se dizer que as cláusulas relativas apositivas se “desgarram”, porque são estruturas hipotáticas que se combinam a uma cláusula núcleo por meio das relações semânticas presentes no discurso. Elas se “desgarram”, porque estão localizadas em posições mais marginais da sentença e pela “frouxa” relação sintática. Elas se “desgarram” porque, aparecendo na estrutura como um bloco de informação à parte, o bloco isolado funciona pragmaticamente com o objetivo de enfatizar uma informação no discurso. Decat (2011) também chega à conclusão de que as cláusulas relativas apositivas “desgarradas”, ao lado da clivagem e da topicalização, configuram-se como mais uma estratégia de focalização no PB.

Tendo caracterizado o aporte teórico, passemos à metodologia empregada e à descrição do *corpus* adotado na próxima seção.

3. METODOLOGIA E *CORPUS*

O *corpus* escolhido é constituído por três grandes amostras de Língua Portuguesa da variedade Brasileira e elas têm em comum textos publicados em mídia escrita carioca e no mesmo domínio discursivo jornalístico. Ao todo, foram usados 1.883 textos.

Da primeira amostra, projeto VAPORT – *Análise Contrastiva de Variedades do Português* (BRANDÃO e MOTA, 2000), foram recolhidos 713 textos compreendendo os gêneros textuais anúncio, notícia e editorial de jornais publicados no Rio de Janeiro, englobando os anos de 1808 a 2000 disponíveis na página eletrônica desse projeto.

Quadro 1 - *Corpus* do PB distribuído por gênero textual e períodos históricos (VARPORT)

Século XIX					
Gênero	Fase 1 (1808 - 1840)	Fase 2 (1841 - 1870)	Fase 3 (1871 - 1900)	Total	
Anúncios	113	78	88	279	
Editoriais	10	10	9	29	
Notícias	22	30	58	110	
				Total	418
Século XX					
Gênero	Fase 1 (1901-1924)	Fase 2 (1925 - 1949)	Fase 3 (1950 - 1974)	Fase 4 (1975 - 2000)	Total
Anúncios	54	47	37	22	160
Editoriais	4	6	6	7	23
Notícias	25	39	17	31	112
				Total	295

Da segunda amostra, projeto PHPB – *Para a História do Português Brasileiro* (BARBOSA, 2010), foram recolhidos 795 textos compreendendo os gêneros anúncio, carta de leitores e editorial de jornais publicados nos jornais do Rio de Janeiro, abarcando os anos de 1801 a 2000.

Quadro 2 - *Corpus* do PB distribuído por gênero e períodos históricos (PHPB)

Gênero	Século XIX		Século XX		Total
	Fase 1 (1801 - 1850)	Fase 2 (1850 a 1900)	Fase 1 (1901 - 1950)	Fase 2 (1950 a 2000)	
Anúncios	62	104	314	165	645
Carta de Leitores	18	15	11	57	101
Editoriais	12	17	9	11	49
				Total	795

Da terceira amostra, PEUL – *Programa de Estudos sobre o Uso da Língua* (NARO, RONCARATI e ABREU, 1979), foram recolhidos 375 textos compreendendo os gêneros artigo de opinião, carta de leitores, notícia e editorial de jornais³ no Rio de Janeiro, envolvendo os anos de 2002 a 2004.

³ Procuramos manter um contraste entre os gêneros das amostras e os períodos, mas nem sempre foi possível e algumas células ficaram vazias, porque isto dependida dos gêneros

Quadro 3 - *Corpus do PB distribuído por gênero e jornal (PEUL)*

Século XXI					
Gênero	<i>O Povo</i>	<i>Extra</i>	<i>Jornal do Brasil</i>	<i>O Globo</i>	Total
Artigo de opinião	25	25	25	25	100
Carta de leitores	-----	25	25	25	75
Editoriais	25	25	25	25	100
Notícias	25	25	25	25	100
Total					375

Duas observações merecem destaque quanto aos quadros apresentados: a primeira está relacionada à quantidade de textos. A amostra PEUL se mostra equilibrada, porque os organizadores recolheram 25 textos para cada gênero, sendo esses agrupados por título de jornal. Por outro lado, as amostras PHPB e VARPORT trabalham com número de palavras, sendo assim, o leitor pode observar um desequilíbrio entre a quantidade de textos para anúncio, editorial de jornais, notícia e carta de leitores. Como os três últimos gêneros costumam ser mais longos, constituídos por muitas palavras, acaba por ter um número de textos menor em relação ao gênero anúncio que, por sua vez, é mais curto, contendo pouquíssimas palavras, precisando, assim, de um número muito maior de textos.

A segunda observação diz respeito ao monitoramento linguístico. A amostra PEUL selecionou quatro jornais cariocas de acordo com o público alvo (*O Povo* para baixo monitoramento linguístico, *Extra* para médio monitoramento linguístico e *Jornal do Brasil* e *O Globo* para alto monitoramento linguístico). O mesmo não pode ser visto nas outras amostras, porque os jornais coletados do século XIX até o final da década de 90 do século XX não se preocupavam com o grau de instrução do público alvo, uma vez que estavam publicando textos para um público alvo letrado.

Como metodologia para a coleta de dados, optamos pela utilização do programa AntConc⁴ (2011), porque esse programa consegue realizar a busca por palavras e/ou fragmentos de palavras, mostrando os resultados de forma bastante organizada. Após as definições do *corpus* e coleta de dados, podemos apresentar, na próxima seção, os resultados encontrados.

veiculados nos jornais de cada época e da metodologia de coleta de cada amostra.

⁴ ANTHONY, 2011.

4. OS DADOS AO LONGO DOS TRÊS SÉCULOS

Souza (2016) teve a preocupação de unir três grandes amostras do PB de períodos históricos diferentes e que tivessem em comum o mesmo domínio discursivo, no caso, o jornalístico. Como já dito nos objetivos, pretendíamos abordar aspectos ainda não explorados no “desgarramento” das cláusulas relativas apositivas: a verificação do fenômeno do “desgarramento” ao longo do tempo e examinar a existência ou não de estigma/preconceito no uso dessas estruturas.

Segundo trabalhos já realizados por Decat (1993, 2011) e Bastos (2014), o fenômeno do “desgarramento” ocorre, porque as cláusulas hipotáticas estão mais propensas a se desligarem de seus núcleos, por serem mais marginais na estrutura do período. O resultado geral obtido nesta pesquisa durante a recolha de dados confirma as análises das pesquisadoras citadas. Vejamos a Tabela (1) a seguir:

Tabela 1 - Resultado geral dos dados (SOUZA, 2016, p. 113)

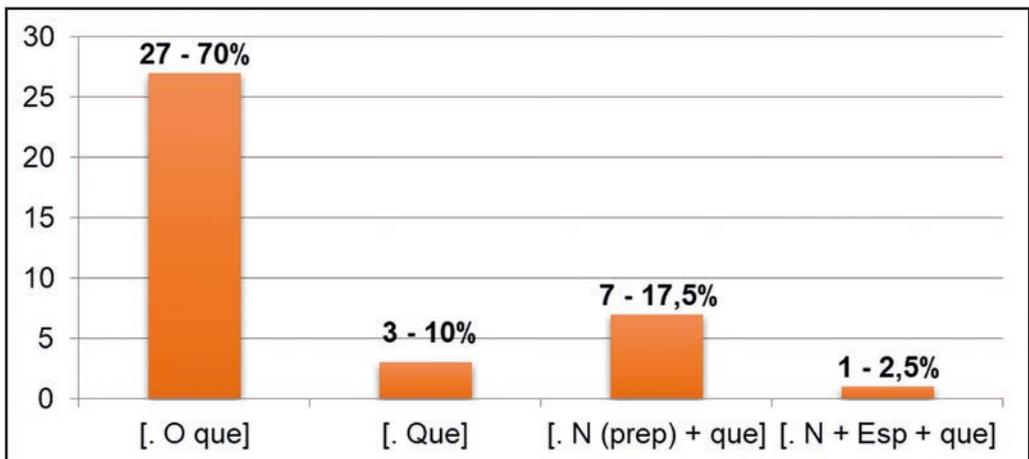
VARPORT				
Gênero	Século XIX	Século XX	Século XXI	Total
Anúncios	2	3	/	5
Editoriais	0	2	/	2
Notícias	0	5	/	5
Total	2	10	/	12
PHPB				
Gênero	Século XIX	Século XX	Século XXI	Total
Anúncios	0	0	/	0
Editoriais	0	3	/	3
Carta de Leitores	2	2	/	4
Total	2	5	/	7
PEUL				
Gênero	Século XIX	Século XX	Século XXI	Total
Artigo de Opinião	/	/	11	11
Editoriais	/	/	5	5
Carta de Leitores	/	/	3	3
Notícias	/	/	0	0
Total	/	/	19	19
TOTAL				38

Por meio da Tabela (1), verificamos 38 (trinta e oito) dados de cláusulas relativas apositivas “desgarradas” nos 1.883 textos. A Tabela está dividida em três partes, uma para cada amostra (VARPORT, PHPB e PEUL) e cada amostra está subdividida por gênero e século.

Na amostra VARPORT, obtivemos um total de 12 (doze) ocorrências, sobressaindo o gênero anúncio com 5 (cinco) dados. A amostra PHPB alcançou um total de 7 (sete) ocorrências, com destaque para o gênero carta de leitores, com 4 (quatro) casos. A amostra PEUL obteve um total de 19 (dezenove) ocorrências, com ênfase para os 11 (onze) dados extraídos do gênero “artigo de opinião”.

Durante a análise dos dados, verificou-se também a forma das estruturas. Procedeu-se a uma análise qualitativa de todos os dados e apenas quatro formatos – dos seis encontrados por Decat (2011) – foram agora encontrados: (a) [. Que], (b) [. O que], (c) [. N (prep) + que], (d) [. N + Esp + que], de modo que todas as cláusulas relativas apositivas “desgarradas” nascem após uma pausa longa, representada, na escrita, por um ponto final. Assim, para uma maior compreensão da distribuição dos formatos, decidiu-se por apresentar aqui o quantitativo alcançado por cada um deles no Gráfico (1) a seguir disposto:

Gráfico 1 - Distribuição dos dados quanto ao formato das orações “desgarradas” (SOUZA, 2016, p. 120)



A estrutura predominante, com 27 dados, representando 70% do total de dados, é iniciada pelo formato [. O que]. O formato [. Que] aparece com 3 (três) ocorrências, simbolizando 10%. O segundo maior emprego de estrutura “desgarrada” é iniciada por [. N (prep) + que] com 7 (sete) ocorrências (17,5%). Por fim, o último formato, [. N + Esp + que] dispõe apenas de 1 (um) caso representando 2,5% do total de dados.

Durante a coleta/análise de dados, verificamos que as ocorrências foram utilizadas pelos seus autores para dar maior força argumentativa para o seu discurso. Também houve casos em que o intuito do autor era fazer um comentário ou mesmo trazer uma nova informação por meio de um adendo. Sendo assim, seria natural encontrar essas cláusulas em textos em que a predominância do modo de organização do discurso fosse o argumentativo, o descritivo e até mesmo o narrativo. Portanto, tipos textuais em que o autor pudesse se posicionar mais explicitamente no discurso. Seria bastante raro encontrar as cláusulas investigadas em textos cujo modo de organização fosse o injuntivo, por exemplo, já que a predominância dos recursos são imposições de ordem/recomendações. Vejamos, a seguir, alguns exemplos encontrados:

(2) Lúcido o artigo de Luiz Garcia sobre as vagas públicas em universidades particulares. A universidade é para o aluno com condições reais de acesso e de permanência nela, o que leva à melhoria da qualidade do ensino. O governo deveria incentivar, sim, a criação de cursos técnicos de boa qualidade, que permitiriam aos que não conseguissem ingressar na faculdade a disputa do mercado de trabalho de acordo com sua real necessidade. ***O que contribuiria também para valorizar os cursos superiores.*** (Souza, 2016, p. 179)

No trecho (2) retirado de uma carta de leitor do jornal *O Globo* em 2004, há, na última sentença do texto, uma cláusula relativa apositiva “desgarrada” – “o que contribuiria também para valorizar os cursos superiores”. O referente desta cláusula está em toda uma porção textual mencionada anteriormente: “incentivar, sim, a criação de cursos técnicos de boa qualidade, que permitiriam aos que não conseguissem ingressar na faculdade a disputa do mercado de trabalho de acordo com sua real necessidade”. O autor lança luz sobre uma reflexão que ele próprio faz sobre os benefícios de se incentivar cursos técnicos de boa qualidade: valorização dos cursos superiores. Essa ponderação se dá através de uma cláusula relativa apositiva “desgarrada” imbuída de um comentário avaliativo. Analisemos agora o próximo exemplo:

(3) As autoridades de San Antonio não desistiram. Têm se dado ao trabalho de acompanhar o noticiário que chega até lá, vindo do Rio de Janeiro, e têm feito coro e torcida para a bandidagem, aplaudindo a violência e esperando que a cidade se torne um caos. Esperando que a situação econômica do Brasil se complique de tal forma, que o país não tenha os tais milhões de dólares que seriam necessários, para o investimento em instalações despor-

tivas exigidas pelos Jogos. Torcem contra o Rio de Janeiro da mesma forma como ainda torcem contra Santo Domingo, na República Dominicana, onde mais proximamente serão realizados os Jogos de 2003.

Enfim, o governo da cidade que foi derrotada. exatamente porque se julgava auto-suficiente, ainda espera o milagre de vencer a vencedora em um campo que é a última esperança de quem não sabe perder: o tapetão. Restou às autoridades de San Antonio esta única esperança. ***O que é muito triste.*** (Souza, 2016, p. 180)

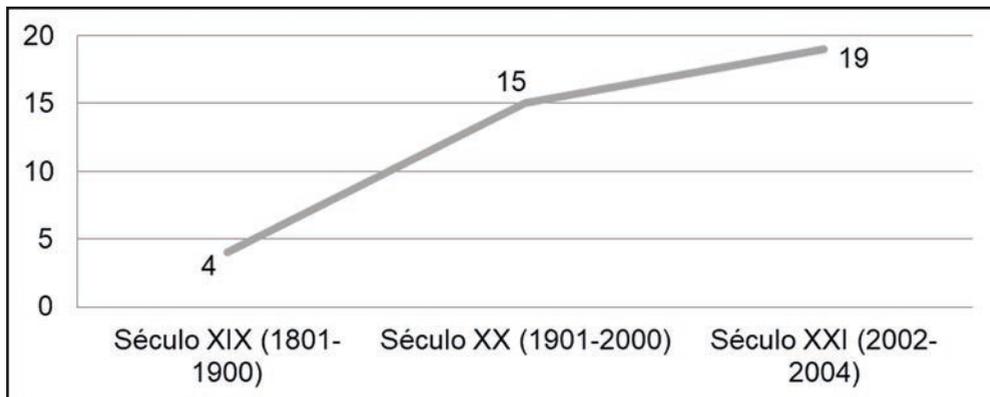
No trecho (3) retirado do editorial de jornal do *Jornal do Brasil* em 2002, há, coincidentemente na última sentença do texto, uma outra cláusula relativa apositiva “desgarrada” – “o que é muito triste”. O referente desta cláusula também é cotextual, pois pode ser facilmente resgatado. Nesse caso, trata-se de toda a porção textual já dada no texto. Aqui, o autor também faz uso deste recurso linguístico para focalizar a sua opinião sobre o fato de as autoridades de San Antonio não medirem esforços para achincalhar a cidade vencedora dos Jogos Olímpicos de 2016 – Rio de Janeiro. Assim, essa estrutura relativa apositiva “desgarrada” também contém em si um comentário avaliativo. Vejamos o exemplo:

(4) Reformas constitucionais costumam ser lentas e. intrincadas. A velocidade das mudanças, contudo, é determinada pelas condições políticas vigentes. ***Que podem ser mais - ou menos - favoráveis às alterações.*** No caso do Brasil, temos o exemplo. da reforma da previdência, retomada pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva, líder do partido que mais se bateu contra essa e outras alterações constitucionais. (...) (Souza, 2016, p. 181)

O trecho 4 também foi retirado de um editorial de jornal, desta vez, do jornal *O Globo* publicado em 2003. Nele, há uma cláusula relativa apositiva “desgarrada” no meio da porção textual – “que podem ser mais -ou menos- favoráveis às alterações”. Tem-se, aqui, um referente nominal que também pode ser recuperado no cotexto: condições políticas vigentes. Neste caso, o autor utiliza a cláusula relativa apositiva “desgarrada” com o intuito de prender a atenção do leitor para a informação nela contida. Observem que sutilmente o autor se posiciona no texto ao comentar as tais condições políticas.

Como se vê, foram encontrados dados em todos os gêneros selecionados graças aos variados gêneros que compõem o *corpus*. Os resultados gerais apresentados na Tabela (1) servem para evidenciar os usos das “desgarradas” em diferentes sincronias. O Gráfico (2) a seguir apresenta o total de dados por século:

Gráfico 2 - Frequência de dados ao longo dos séculos analisados (SOUZA, 2016, p. 115)



O Gráfico (2) demonstra, por meio da linha cinza, que o uso das cláusulas relativas apositivas “desgarradas” vem aumentando ao se compararem as três sincronias passadas. Juntando as amostras VARPORT e PHPB para o século XIX, obtivemos um total de quatro dados; ao somar as amostras VARPORT e PHPB, para o século XX, alcançamos quinze dados; por fim, a amostra PEUL, representativa do século XXI, em apenas três anos (2002, 2003 e 2004), somou dezenove dados. O que se pode perceber pelo Gráfico (1) é que, na totalidade do século XXI, pode ser que o número de ocorrências seja muito maior em relação aos séculos anteriores, uma vez que a amostra só conta com os anos de 2002, 2003 e 2004 de recolha de textos.

Em resumo, mostramos os resultados nas diferentes sincronias representativas dos usos das “desgarradas” em diferentes momentos históricos. Evidencia-se que, à medida que o tempo passa, cresce o número de ocorrências de acordo com os números obtidos no *corpus* selecionado.

Trabalhou-se com os 38 dados reais de texto escrito, juntamente com os seus respectivos contextos, em um total de 1.883 textos. De acordo com o suporte teórico adotado, mesmo com um baixo número de dados obtidos, esse quantitativo já seria o suficiente para ser analisado, por já se mostrar como uma estrutura presente no sistema linguístico. Desse modo, comprova-se com esse número de ocorrências que as cláusulas relativas apositivas “desgarradas” já se faziam presentes na variedade do Português Brasileiro desde o século XIX⁵, não sendo uma novidade do século XXI e, conseqüentemente, já estavam à disposição dos usuários para usarem ou não esse recurso sintático de focalização.

⁵ O século XIX é o período considerado, por muitos pesquisadores como o marco do surgimento do Português Brasileiro (PB).

5. A RELAÇÃO ENTRE USO E MONITORAMENTO LINGÜÍSTICO

Não pretendíamos fazer um estudo sociovariacionista do “desgarramento” das cláusulas relativas apositivas, porque essas estruturas não estão em variação com as cláusulas relativas apositivas canônicas. Além do mais, ficou evidenciado no trabalho que o “desgarramento” é um recurso linguístico para dar destaque, ênfase, foco ao conteúdo proposicional transmitido, assim como as estruturas de topicalização, deslocamento à esquerda e clivagem (resguardadas as propriedades de cada fenômeno).

Com base nos resultados quantitativos obtidos, passemos às avaliações linguísticas sobre o “desgarramento” para mostrar a relação existente entre o uso e o monitoramento linguístico. Isto é, nesta seção, por meio de publicações de textos para um público alvo de menor, médio e alto grau de monitoramento linguístico, verificaremos se há estigma ou não em relação ao emprego das cláusulas “desgarradas”.

Classificamos os textos como baixo, médio e alto monitoramento linguístico de acordo com as classes sociais às quais os jornais se destinavam. Seria impossível classificar os textos de acordo com o nível sociocultural da instância de produção textual por diversos motivos: autores falecidos nos séculos XIX e XX; textos que não possuem autoria; gêneros que possuem autoria, mas ao mesmo tempo é impossível fazer um levantamento do nível de escolarização dos autores.

Como vimos, as gramáticas de cunho tradicional e não tradicional não reconhecem o uso dessas cláusulas “desgarradas”, o que levou Souza (2016) a questionar o que a comunidade de fala ‘pensa’ sobre este uso. Nesse sentido, adotou-se a ideia de Labov (1996) de que a avaliação linguística está relacionada ao que a comunidade de fala “pensa” sobre uma determinada estrutura da língua, a fim de verificar em que medida essa avaliação subjetiva dos usuários pode ou não interferir no surgimento, na manutenção ou no desaparecimento de algum uso do sistema linguístico.

Labov (1996) caracteriza as avaliações linguísticas como (a) indicadores, (b) marcadores e (c) estereótipos. Sendo assim, o intuito aqui é apenas aplicar esses conceitos de avaliação linguística aos textos utilizados na pesquisa. Para caracterizar melhor as classificações das avaliações linguísticas, utilizamos o trabalho de Monteiro (2000).

Uma variante é classificada como *indicador* quando ela não é percebida pela comunidade de fala, isto é, os usuários usam essas formas sem pensar, sem fazer uma avaliação subjetiva. Quando uma forma linguística é percebida pela

comunidade de fala, pode haver uma avaliação subjetiva de acordo com a distribuição social e por uma diferenciação estilística, neste caso, a classificação dada é *marcador*. Quando uma comunidade de fala tem plena consciência de uma forma linguística e a ela atribui uma avaliação negativa, ela se torna rejeitada subjetivamente, para essa situação a classificação atribuída é *estereótipo*.

No Quadro (4) a seguir, distribuíram-se os jornais, os gêneros textuais, as datas da publicação e o monitoramento linguístico por amostra selecionada:

Quadro 4 - Classificação de monitoramento linguístico por jornal (SOUZA, 2016, p. 143)

VARPORT			
Gênero Textual	Jornal	Publicação	M. Linguístico
Anúncios	<i>Gazeta do Rio de Janeiro</i>	26/04/1809	Alto
Anúncios	<i>Diário de Notícias</i>	06/01/1889	Alto
Anúncios	<i>Jornal do Brasil</i>	15/09/1940	Alto
Anúncios	<i>O Globo</i>	15/09/1998	Alto
Editorial	<i>Diário da Noite</i>	10/03/1932	Alto
Editorial	<i>Diário da Noite</i>	01/05/1960	Alto
Notícias	<i>Jornal do Brasil</i>	14/05/1902	Alto
Notícias	<i>Jornal do Brasil</i>	12/06/1960	Alto
Notícias	<i>Jornal do Brasil</i>	17/03/1990	Alto
PHPB			
Gênero Textual	Jornal	Publicação	M. Linguístico
Carta de Leitor	<i>O Papagaio</i>	22/06/1822	Alto
Carta de Leitor	<i>O Parayba</i>	10/02/1859	Alto
Carta de Leitor	<i>Jornal do Brasil</i>	01/07/1983	Alto
Carta de Leitor	<i>Jornal do Brasil</i>	01/05/1992	Alto
Carta de Leitor	<i>Jornal do Brasil</i>	01/09/1954	Alto
Editorial	<i>Jornal do Brasil</i>	25/08/1923	Alto
Editorial	<i>Jornal do Brasil</i>	16/12/1988	Alto
Editorial	<i>Jornal do Brasil</i>	06/08/1996	Alto
PEUL			
Gênero Textual	Jornal	Publicação	M. Linguístico
Artigo de Opinião	<i>Extra</i>	05/01/2004	Médio
Artigo de Opinião	<i>Extra</i>	07/01/2004	Médio
Artigo de Opinião	<i>Extra</i>	16/01/2004	Médio
Artigo de Opinião	<i>Jornal do Brasil</i>	02/06/2003	Alto
Artigo de Opinião	<i>Jornal do Brasil</i>	03/06/2003	Alto
Artigo de Opinião	<i>Jornal do Brasil</i>	31/08/2004	Alto
Artigo de Opinião	<i>O Globo</i>	28/10/2002	Alto
Carta de Leitor	<i>Jornal do Brasil</i>	27/02/2004	Alto
Carta de Leitor	<i>Jornal do Brasil</i>	27/02/2004	Alto
Carta de Leitor	<i>O Globo</i>	25/02/2004	Alto
Editorial	<i>Jornal do Brasil</i>	21/10/2002	Alto
Editorial	<i>O Globo</i>	04/10/2002	Alto
Editorial	<i>O Globo</i>	16/01/2003	Alto
Editorial	<i>O Globo</i>	22/01/2003	Alto
Editorial	<i>O Globo</i>	22/10/2002	Alto

O total de ocorrências no Quadro (4) soma 38, mas só foram dispostos 32 jornais, porque, às vezes, um mesmo texto apresenta mais de uma cláusula. Ao fazer um cruzamento entre o Quadro (3) e o Quadro (4), podemos ver que, nas amostras VARPORT e PHPB, todos os jornais são classificados como *alto monitoramento linguístico*, uma vez que os jornais entre 1802 a 1900 eram escritos para uma parcela muito pequena da população alfabetizada carioca. O período compreendido entre 1901 e 2000 tem uma particularidade, pois, até a 1ª metade do século, a população alfabetizada não cresceu muito, ou seja, os jornais continuavam a escrever para a elite. A partir da 2ª metade do mesmo século, a taxa de alfabetização aumentou com os programas de alfabetização em todo o país, entretanto, as duas amostras só selecionaram jornais cujo público alvo era letrado, por esta razão mantivemos a classificação de *alto monitoramento linguístico*. Já na amostra PEUL, os textos estão organizados de acordo com a classe social do seu público, facilitando a organização dos dados.

Ao observar o Quadro (4), notamos que não foi registrada nenhuma ocorrência de cláusula relativa apositiva “desgarrada” em jornais classificados como *baixo monitoramento linguístico*, no caso, o jornal *Povo*, pois não aparece na listagem. Verificaram-se dados em jornais de médio, com 3 dados, e de alto monitoramento linguístico, somando 35 dados. Dessa maneira, podemos concluir que o fenômeno do “desgarramento” deve ser classificado como *indicador*, nos parâmetros de Labov (1996), já que os autores pertencem aos jornais *Gazeta do Rio de Janeiro*, *Diário de Notícias*, *Jornal do Brasil*, *O Globo*, *Diário da Noite*, *O Papagayo*, *O Parayba* e o *Extra*, dado o *corpus* selecionado. Esses articulistas utilizaram o “desgarramento” das cláusulas relativas apositivas em seus textos, certamente, porque é um recurso que não é considerado estigmatizado pela comunidade de fala. Se assim o fosse, certamente, os jornalistas letrados não o utilizariam em suas matérias ou este seria barrado pela equipe de revisão destes jornais.

Uma possível explicação para o aumento do uso do “desgarramento” das cláusulas relativas apositivas ao longo desses três séculos analisados seria por se tratar de um fenômeno classificado como *indicador*, dessa maneira, vem se firmando cada vez mais no sistema linguístico do Português Brasileiro. Em outras palavras, pelo fato de o fenômeno não ser estigmatizado pela comunidade de fala culta, o “desgarramento” tem sua frequência de uso aumentando paulatinamente.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do trabalho desenvolvido por Souza (2016), constatamos que: (a) dos 1.883 textos jornalísticos analisados, foram encontrados 38 dados de

“desgarramento” de cláusulas relativas apositivas, juntando todas as amostras recolhidas (PEUL, PHPB e VARPORT), todos os séculos (XIX, XX e XXI) e todos os gêneros textuais (anúncio, artigo de opinião, carta de leitores, editorial e notícia). Embora o número de dados obtido seja muito pequeno, já é possível afirmar que esse fenômeno já estava na língua desde o século XIX, além de se verificar o aumento de uso das cláusulas relativas apositivas “desgarradas” ao comparar os três momentos históricos. Além disso, o fenômeno do “desgarramento” não teve uma avaliação negativa pelos usuários da língua, pois a maioria dos dados foi encontrada em jornais de alto monitoramento linguístico, devendo, então, ser classificado como *indicador*.

Com certeza, ainda há muito o que se verificar sobre o fenômeno do “desgarramento” de cláusulas relativas apositivas. Um próximo passo, talvez, seja a busca por uma investigação mais profunda sobre o que uma comunidade de fala realmente “pensa” sobre esse recurso linguístico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTHONY, Laurence. **AntConc**. Versão 3.2.4w (Windows). Waseda University, Japan: Faculty of Science and Engineering, 2011. CD ROM.

ANTUNES, Irlandé. A explicitude dos discursos: os vazios naturais do texto e sua coerência. In: **Revista do Centro de Ensino Superior do Vale do São Francisco**. Ano II. n.2, p. 145-155. Vale do São Francisco, 2003.

BARBOSA, Afranio Gonçalves (org.). **Projeto Para a História do Português Brasileiro. Corpora PHPB**, 2010. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/corporaphpb/>>. Acesso em: 09 abr. 2015.

BASTOS, Karine Oliveira. **Trabalhando fora, estudando e cuidando da família: o desgarramento de cláusulas hipotáticas circunstanciais e seu status no ensino**. Dissertação. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras/UFRJ, 2014.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004. 672p.

BRANDÃO, Silvia Figueiredo; MOTA, Maria Antónia Ramos Coelho da. **Análise Contrastiva de Variedades do Português**. Varport, 2000. Disponível em <www.lettras.ufrj.br/varport>. Acesso em: 09 dez. 2014.

CHAFE, Wallace L. The deployment of consciousness in the production of a narrative. In: CHAFE, Wallace L. (orgs). **The pears stories: cognitive, cultural and linguistic aspects of narrative production**. New Jersey: Ablex Publishing Co., 1980. p. 9-50.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001 [1985]. 748p.

DECAT, Maria Beatriz Nascimento. **Leite com manga morre: da hipotaxe adverbial no português em uso**. Tese de Doutorado em Linguística Aplicada ao Ensino da Língua. São Paulo: LAEL/PUC, 1993.

_____. **Estruturas Desgarradas em Língua Portuguesa**. Campinas: Pontes Editores, 2011. 157p.

_____. Orações relativas apositivas ‘desgarradas’ no português em uso. In: BISPO, Edvaldo Balduino; OLIVEIRA, Mariangela Rios de (orgs). **Orações relativas no português brasileiro: diferentes perspectivas**. Niterói: Editora da UFF, 2014. p.157-189.

HOPPER, Paul; TRAUGOTT, Elizabeth Closs. Grammaticalization across clause. In: **Grammaticalization**. CUP: Cambridge, 1993. cap. 7.

LABOV, William. Panorama de los problemas. In: **Principios del cambio lingüístico: volumen 1 - factores internos**. v.1. Versión española de Pedro Martín Butragueño. Madrid: Editorial Gredos, 1996 [1994]. p. 71-93.

MATEUS, Maria H. Mira. et alli. **Gramática da língua portuguesa**. 5. ed. revista e aumentada. Lisboa: Caminho, 2003. 1127p.

MATTHIESSEN, Christian; THOMPSON, Sandra A. “The structure of discourse and ‘subordination’”. In: HAIMAN, J. Thompson, S. (Ed.). **Clause combining in grammar and discourse**. Amsterdam: John Benjamins, 1988. p. 275-329.

MONTEIRO, José Lemos. **Para compreender Labov**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 66-67.

NARO, Anthony, J.; RONCARATI, Claudia; ABREU, Cristina. **Programas de Estudo sobre o Uso da Língua. Peul**, 1979. Disponível em: <<http://www.lettras.ufrj.br/peul/>>. Acesso em: 10 jun 2015.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de usos do português**. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011. 1005p.

RAPOSO, Eduardo Bozaglo Paiva (org.). **Gramática do Português**. Vols. I e II. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 40. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004 [1994]. 553p.

SOUZA, Karen Pereira Fernandes de. **“Exposição de moveis | A qual se fechará brevemente”**: Estudo de cláusulas relativas apositivas “desgarradas” em textos jornalísticos. Dissertação. Rio de Janeiro: UFRJ/Faculdade de Letras, 2016.